

ESTIGMA, ESTEREÓTIPO E DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL NUMA RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA SOCIAL PARA UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO FRONTEIRIÇO

Alessandra Rufino Santos

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professora Adjunta de História do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde também é professora permanente no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHIST).

E-mail: alessandra.santos@ufr.br

Resumo:

O artigo trata de uma reflexão sobre as contribuições da fenomenologia social para o estudo do cotidiano fronteiriço do ponto de vista teórico. A ideia central do trabalho é priorizar as migrações fronteiriças, com ênfase para o estigma, o estereótipo e a desqualificação social. Para tanto, discorre sobre a experiência migratória na fronteira, bem como os efeitos da migração na estrutura social fronteiriça. Desse modo, permite abordar a noção de fronteira social, responsável por separar e delimitar uma realidade de outras. Para melhor situar a discussão, o estudo enfatiza a apreensão sociológica da fronteira como um problema de análise que faz realçar sua dimensão simbólica e cultural, como imaginariamente construída. De forma geral, a análise permite que a fronteira seja marcada pela convivência com o “outro”, isto é, com o diferente. Portanto, a ideia que permeia o texto é a de que importam menos os limites e as identidades nacionais dos lugares de fronteiras e mais os sujeitos e as dinâmicas identitárias que são articuladas enquanto eles transitam pelas fronteiras, através da prática migratória.

Palavras-chave: *Fronteira. Fenomenologia social. Migração.*

Introdução

Este artigo é resultado de uma tese de doutorado¹ que trata da complexidade da realidade migratória da fronteira Brasil/Venezuela, considerando a emergência dos processos sociais que vão além dos limites geográficos, culturais, políticos das sociedades neles envolvidos. O objetivo deste estudo foi analisar a estrutura social da fronteira Brasil/Venezuela tomando por referência as relações transnacionais motivadas pelo fenômeno migratório de brasileiros e venezuelanos marcado por interação e estigmas sociais.

Neste caso, falar da fronteira entre o Brasil e a Venezuela é falar, de certo modo, de diversas fronteiras. Por isso, o artigo apresentará uma discussão teórica mais geral sobre fronteira, dando ênfase ao modo como significa lugar de passagem de pessoas e de troca de bens materiais e simbólicos. Diante de tantas diferenças e peculiaridades, as fronteiras nacionais podem ter diferentes significados dependendo dos objetivos de quem a cruza, seja na condição de turista ou como morador de alguma cidade fronteiriça. Do ponto de vista cultural, elas se transformam em um espaço de hibridação cultural (CANCLINI, 2008), lugar de afirmação identitária e de múltiplas trocas simbólicas. Entretanto, do ponto de vista interno, cruzar fronteiras nacionais pode significar se deparar com um lugar de conflitos e de

¹ A tese de doutorado foi orientada pelo Prof. Dr. Karl Martin Monsma no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

fricções interétnicas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1963) diante da imposição de valores e interesses de grupos econômicos locais e internacionais.

A abordagem mencionada contribui para que, neste artigo, sejam discutidos alguns aspectos teóricos fundamentais para delimitar, a partir dos movimentos migratórios, os conceitos de *fenomenologia social*, *desqualificação social* e *estigma*, sendo que a fenomenologia social é o principal *referencial teórico-metodológico* para a análise das mudanças das tipificações sociais ocasionadas em espaços fronteiriços a partir da compreensão de que as fronteiras são constitutivas da vida social.

Sendo assim, a primeira seção deste artigo reitera a adaptação e a resistência no cotidiano fronteiriço sob o viés da fenomenologia social para retratar experiência migratória na fronteira do ponto de vista teórico. Consequentemente, na tentativa de retratar a fenomenologia social como uma abordagem que se ocupa da realidade cognitiva incorporada aos processos das experiências humanas subjetivas, isto é, “dos meios através dos quais um indivíduo se orienta nas situações de vida, da experiência que armazenou e do estoque de conhecimento que tem à mão” (SCHUTZ, 1979, p. 17), a segunda seção situa os efeitos da migração na estrutura social da fronteira ao tomar como referência o mundo da vida enquanto mundo social. Com isso, dá-se abertura para que a última seção exponha exclusão e inclusão social na sociedade fronteiriça com uma discussão teórica sobre estigma, estereótipo e desqualificação social.

No âmbito desta discussão teórica, a experiência fenomenológica dos processos migratórios, no contexto fronteiriço, parte do reconhecimento de que a migração é um fenômeno heterogêneo e que existe uma complexa estratificação social entre os próprios migrantes e a sociedade receptora, motivando a compreensão da fronteira como uma situação de conflito social. Para Martins (2009, p.133), esse conflito é a descoberta do outro e o desencontro, dando a entender que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade” por não delimitar a diferentes concepções de vida, mas a desencontros de temporalidades históricas.

É nessa dimensão da intersubjetividade em torno da experiência fenomenológica dos movimentos migratórios que o presente artigo pretende problematizar a seguinte questão norteadora: o que seria, em Schutz (1979), a experiência migratória em uma estrutura social fronteiriça marcada por mudanças? Com base nas evidências empíricas, é possível dizer que as mudanças – sobretudo econômicas, políticas, sociais e culturais – que marcam uma

estrutura social fronteiriça fazem parte do processo que Elias e Scotson (2000) chamam de “estabelecidos” e “outsiders”?

Dessa forma, o cotidiano e a trajetória migratória em uma estrutura social fronteiriça são importantes para percepção, representações e leituras sobre a figura do estrangeiro, mesmo que numa concepção de migração transnacional² em que existe um contato de mais frequência do migrante com o país de nascimento devido à ação das redes migratórias. Nesse enfoque, é preciso ressaltar a contribuição da sociologia em pensar a figura do estrangeiro e sua relação com a pátria. Os trabalhos de Schutz (1979), por exemplo, examinam o estrangeiro, evidenciando a tentativa de adaptar-se ao esquema e modelo cultural já estabelecido, e evidenciam uma preocupação com as dinâmicas sociais que dominam a cena entre os sujeitos migrantes na relação com a sociedade de destino.

Simmel (1983), por sua vez, estuda o estrangeiro com ênfase nos polos opostos e complementares em relação dialética das formas sociais: estabilidade/mobilidade, distância/proximidade, inclusão/exclusão, a fim de poder entender a dimensão da alteridade. Nos aspectos mencionados, a interação social, na visão de Simmel (2006), por ser um processo no qual duas ou mais pessoas agem numa relação recíproca em determinada situação, tem um componente essencialmente social que faz com que as ações sejam baseadas em trocas de significados com as demais pessoas envolvidas naquela situação.

No caso da estrutura social fronteiriça, a postura teórica da fenomenologia social possibilita perceber alguns elementos ocultos e ocultados na análise sobre o fenômeno migratório. Neste ponto, um conceito capaz de permitir o “resgate” dos indivíduos inseridos numa situação estrutural de migração em um contexto fronteiriço é o de trajetória. Nas palavras de Bertaux (1979, p.10), a trajetória é definida a partir de uma relação entre a origem, isto é, o lugar na estrutura de classe da família onde a pessoa nasce, e a trajetória posterior.

No que concerne aos migrantes, enquanto indivíduos pertencentes a um determinado grupo social no local de destino, as diferenciações são de duas ordens: em relação aos estabelecidos (população local) e aos que chegam (migrante). Estas diferenciações são extremamente importantes para a realização do seguinte questionamento: qual espaço o migrante ocupa na sociedade receptora?

² Este fenômeno ocorre porque a transnacionalidade das migrações propicia, segundo Ambrozini (2009), a manutenção das ligações sociais do transmigrante com o seu país de origem, seus costumes e sua bagagem cultural. Ou seja, o imigrante continua mantendo um elo com seu país de origem e começa a construir relações no país de destino. Tal fato é chamado pela doutrina de redes migratórias.

Assim, o questionamento anterior contribui para a compreensão da trajetória como eixo orientador na distribuição dos migrantes nos níveis e lugares definidos pela estrutura de classe, que, por sua vez, segue o percurso de vida dos indivíduos. Nesse sentido, dentro da possibilidade de uma ordenação de pensamento, Schutz (1978, p.121) indica que “o mundo da vida é constituído das atividades da consciência da subjetividade transcendente”.

Schütz (1978) pressupõe ainda que os indivíduos coexistam e se enfrentem em um mundo social constituído por significados e intersubjetividades. Tal ideia implica no entendimento de que a fenomenologia social representa o estudo dos modos como as pessoas vivenciam diretamente o cotidiano e imbuem de significado suas atividades.

Mas, voltando ao questionamento referente ao espaço que o migrante ocupa na sociedade receptora, a visão fenomenológica possibilita o entendimento de que, na sociedade receptora, o migrante é considerado como indivíduo que tem como função exercer algo, como no campo do trabalho, por exemplo, que a população local não “deseja” fazer. Dependendo do contexto específico em que ocorre o fenômeno migratório, o migrante é estigmatizado como diferente dos moradores do lugar por apresentar costumes diferentes e, conseqüentemente, causa estranhamento na população local. Esse tipo de situação evidencia, por exemplo, uma das maiores dificuldades encontradas em se adaptar ao local de destino, que é exercer outra profissão diferente da que exercia no lugar de origem como estratégia de sobrevivência, o que desperta estranhamento no próprio migrante e nas pessoas com quem ele interage.

O estranhamento poderá ocorrer, segundo Schutz (2010), a partir dos aspectos mais cognitivos da relação do migrante, que para ele é o estrangeiro, com a sociedade na qual procura se integrar. Nessa visão, Schutz (2010) destaca que o estrangeiro é um indivíduo adulto, do nosso tempo e que tenta ser ‘aceito’ ou ao menos ‘tolerado’ pelo grupo do qual ele se aproxima. Nessa lógica, torna-se fundamental abordar, na próxima seção, aspectos da experiência migratória na fronteira a partir de contribuições da fenomenologia social.

Em busca da experiência migratória na fronteira: adaptação e resistência no cotidiano fronteiriço sob o viés da fenomenologia social

Todo indivíduo ocupa uma posição na sociedade à qual pertence, com maior ou menor prestígio, menores ou maiores ganhos, menor ou maior poder. Na realidade, são muitos os papéis atribuídos a um só indivíduo ao longo da sua história de vida, com implicações relativas aos modelos de sociedade. Neste caso, a interação social interfere e determina o viver dos atores ao experimentar e compartilhar coisas dando sentido a elas, num ir e vir

ininterrupto alicerçado em dizeres, gestos, olhares, ouvires. Esse procedimento nos leva a refletir sobre os princípios teórico-metodológicos da fenomenologia social, principal teoria sociológica utilizada neste trabalho para retratar a fronteira como lugar da migração.

O sociólogo Alfred Schutz³, considerado o principal teórico da fenomenologia social, embasou seu pensamento nos estudos de Max Weber⁴ e Edmund Husserl⁵. O primeiro autor, Max Weber, inspirou Schutz a realizar uma interpretação dos tipos ideais para a análise de uma sociedade, isto é, contribuiu no aprofundamento das relações essenciais que existem na estrutura social, pondo em evidência a funcionalidade existente entre diversos grupos sociais. O pensamento de Edmund Husserl, por sua vez, permitiu a Schutz a compreensão dos fenômenos sociais a partir do mundo da vida e do significado atribuído pelo sujeito à ação, amparando-se nos conceitos de intencionalidade e intersubjetividade.

Desse modo, as contribuições de Max Weber e Edmund Husserl à teoria fenomenológica de Alfred Schutz voltam-se à discussão da estrutura da realidade. Nesse processo, a tarefa da fenomenologia consiste em mostrar como o outro, o mundo social, cultural, histórico e natural, ao invés de serem “fatos” já construídos para um sujeito, ao contrário, são constituídos pelo sujeito. Assim, o que é primeiro na ordem sociocultural não é a estrutura social, a sociedade ou a vida social, mas o ser individual radicalmente livre em sua atividade constitutiva. É por este motivo que a fenomenologia social possibilita o olhar sob a dimensão social, tendo por referência as relações intersubjetivas inscritas nas experiências cotidianas dos sujeitos.

No caso do objeto de estudo desta pesquisa, o fenômeno da interação social e estigmatização dos migrantes brasileiros e venezuelanos na fronteira Brasil/Venezuela, alguns conceitos da fenomenologia social podem ser aplicados para a sua interpretação, tais como: *mundo da vida, atitude natural, intersubjetividade, situação biográfica, estoque de conhecimentos, ação social, motivação e tipificação*.

Para definir os conceitos mencionados, Schutz (2003) deixa transparecer que sua fenomenologia discute a estrutura social e salienta a relação social como elemento fundamental na interpretação dos significados. Para isso, elege como relevante a compreensão

³ Conforme estudos de Wagner (1983), Alfred Schutz foi um sociólogo e filósofo que nasceu na Áustria, em 1889, e, ao mudar-se para os Estados Unidos no ano de 1939, passou a se dedicar a fenomenologia sociológica. Faleceu em 1959 na cidade de Nova Iorque.

⁴ Considerado um dos fundadores do estudo sociológico moderno, Max Weber nasceu em 1864 na Alemanha. Hanke (2012) expõe que o referido autor se tornou sociólogo, jurista, historiador e economista. Morreu em 1920 na Alemanha.

⁵ Nascido em 1859 no território que hoje corresponde a República Tcheca, Edmund Husserl foi um matemático e filósofo que estabeleceu a escola da fenomenologia. Segundo Barbosa (2015), Husserl tomou-se responsável por romper com a orientação positivista da ciência e da filosofia de sua época. Faleceu em 1938 na Alemanha.

que se dá na cotidianidade da existência humana no *mundo da vida*, também denominado de mundo social, mundo cotidiano e mundo de senso comum.

Conforme os princípios da fenomenologia sociológica, o *mundo da vida* é o cenário onde o ser humano vive, o qual já se encontra estruturado previamente, anterior ao seu nascimento. Essa explicação reforça que

o mundo social no qual o homem nasce e no qual ele precisa encontrar seu caminho é experienciado por ele como uma estreita rede de relações sociais, de sistemas de signos e símbolos, com sua estrutura particular de significados, de formas institucionalizadas de organização social, de sistemas de status e prestígios etc. (SCHUTZ, 2012, p.92).

Uma forma de resumir o argumento de Schutz (2012) é dizer que, para os fins deste trabalho, a migração fronteiriça de brasileiros para a Venezuela e de venezuelanos para o Brasil é compreendida nos termos de um movimento desempenhado, em sua dimensão biográfica, por indivíduos que se deslocam fisicamente e socialmente de um lugar para outro. Nesse ponto, convém mencionar que a dimensão principal desse deslocamento é seu caráter processual, ou seja, o foco da análise não recai apenas na partida ou na chegada do indivíduo em um lugar, mas em todo o processo de gênese e transformação dessa movimentação.

Nesse tipo de interpretação, chegadas e partidas de um lugar para o outro devem levar em consideração a noção de pertencimento, uma das dimensões da migração abordada neste trabalho. Muito próximo desse entendimento, Elias (1994) e Haesbaert (2006) mostram que a ideia de pertencimento busca dar conta da dinâmica existente entre indivíduo, agrupamento e território, como constituição mútua entre indivíduo e sociedade.

A partir desse entendimento, é possível recorrer a Schutz (2010) para argumentar que a leitura que o migrante faz da realidade estabelecida o faz agir de modo natural a partir do que lhe é apresentado como realidade social. Além disso, tem a capacidade de intervir naturalmente nesse mundo, influenciando e sendo influenciado, transformando-se continuamente e alterando as estruturas sociais. Schutz (2010) denomina de *atitude natural* essa forma do migrante se colocar no mundo da vida.

Diante o exposto, o mundo da vida pode ser compreendido como um mundo cultural e intersubjetivo devido a cada migrante, seja ele brasileiro ou venezuelano, viver em sociedade e manter vínculos com outros indivíduos em diferentes relações sociais, compreendendo e sendo compreendido por meio destas relações.

Dessa forma, para viver no mundo da vida, o migrante se orienta pelo modo como define o cenário da ação, interpretando suas possibilidades e enfrentando seus desafios.

Segundo Schutz (2010), isso precede o reconhecimento da situação atual do sujeito constituída por uma *situação biográfica*.

A *situação biográfica* representa, para Schutz (1979, p.73), uma “sedimentação de todas as experiências anteriores do homem, organizadas de acordo com as posses ‘habituais’ de seu estoque de conhecimento à mão, que como tais são posses unicamente dele, dadas a ele e a ele somente”. Essa definição nos permite entender que, mesmo que cada migrante possua uma biografia diferente, cada biografia é construída dentro de um mundo constituído por todos, mas vivenciado de forma diferente.

Fica evidente, na explanação acima, que o migrante enquanto sujeito social está sempre amparado em sua biografia e em uma comunidade de pessoas que formam o *outro* para ele. De acordo com Schutz (1979), este *outro* é imprescindível. É graças a ele que a sociabilidade se efetiva através dos atos comunicativos.

Não seria exagero dizer que o sujeito, quando se socializa, o faz através de suas experiências. Isto nos permite concluir que, mesmo fazendo parte de uma realidade social vivida por outros sujeitos, lhe confere sentidos diferentes. Esta situação confere ao ser humano um *estoque de conhecimentos*, constituído através de sua vida diária, que faz com que ele dê sentido ao mundo que o rodeia; a isto, Husserl denomina “sedimentação de significado”. Esse *estoque de conhecimento* é construído a partir da *intersubjetividade*.

Schutz (1972) atribui como tarefa da fenomenologia a necessidade de fundamentar criticamente a *intersubjetividade*, considerada categoria fundamental da existência humana no mundo. Isso significa que é na esfera do *mundo da vida*, no âmbito das microrrelações e interações diárias, que a realidade social passa a atuar como um repertório válido e concreto para os seus usuários, correspondendo a um mundo intersubjetivo. Dito de outra forma, corresponde a um mundo do qual os sujeitos participam com outras pessoas.

No entanto, é importante perceber que esse caráter coletivo da realidade cotidiana – que faz dela a realidade social – não se traduz numa homogeneização das percepções da mesma realidade. Cada indivíduo tem um ponto de vista sobre o mundo social diferente dos demais, apreendendo os elementos a seu redor. Neste aspecto, por se constituir em um mundo marcado por subjetividades em constante diálogo e negociação, estabelecidas conforme um conhecimento e uma linguagem comuns, o *mundo da vida* deve ser tomado pela *intersubjetividade*.

Mas, de que maneira acontecem diálogos e negociações na realidade intersubjetiva? Esse questionamento proporciona a análise de um elemento-base ao estudo da sociedade: a *ação social*. Conforme já foi apresentado no início dessa seção, Schutz foi influenciado pela concepção weberiana de sociologia. Weber (1979) considera a *ação social* uma conduta humana dotada de sentido. Esse conceito contribui para o entendimento de que a organização social, nas suas regras e normas, seja vista como resultado de um conjunto completo de ações nas quais os indivíduos escolhem distintas formas de conduta. É justamente essa ênfase sobre a ação social que faz Schutz (2012) definir a *ação* como a conduta humana projetada pelo sujeito de maneira autoconsciente, intencional, dotada de propósito, podendo ser positiva ou negativa. Desse modo, a situação bibliográfica e o estoque de conhecimentos condicionam a projeção da ação.

É nesse sentido que a interpretação da *ação social*, no âmbito do cenário migratório, pressupõe a compreensão da ação individual em relação à dinâmica social dos agrupamentos aos quais o migrante pertence (BOGNER e ROSENTHAL, 2009). Nessa abordagem, o projeto da ação migratória poderá ser interpretado pelo migrante a partir de seus *motivos existenciais*. Com este entendimento, Marandola Júnior e Dal Gallo (2010) explicam que migrar obriga os indivíduos a desenvolverem outros tipos de territorialidade ao darem “um salto para o desconhecido”.

Dentro dessa lógica, o envolvimento de brasileiros com a Venezuela e de venezuelanos com o Brasil é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente, havendo fatores encorajadores/incentivadores desse envolvimento, enquanto que podem ocorrer fatores que repelem a tentativa ou interesse no envolvimento. É bom ressaltar que para o entendimento das migrações, a partir da vertente fenomenológica, é preciso atentar também para as redes de sociabilidade, formadas com o auxílio do deslocamento e do enraizamento destes indivíduos.

O que está claro aqui é que as redes de sociabilidade são essenciais para o entendimento do processo migratório, já que contribuem na assimilação dos motivos e do fluxo que levaram o migrante ao local de destino devido a, geralmente, serem formadas por relações de parentesco, vizinhança e amizade. No caso específico da migração de brasileiros e venezuelanos na fronteira Brasil/Venezuela, a título de exemplo, essas redes deixam transparecer que, no contexto migratório, devemos levar em conta o nível de interação social e as reações de adaptação dos migrantes às novas condições espaciais e socioculturais na sociedade de acolhimento. A esse respeito, Elias e Scotson (2000) chamam a atenção para a

tendência de discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram individualmente um despreço acentuado por outras pessoas como indivíduos.

O argumento de Elias e Scotson (2000) fortalece a visão de Silva (2006) sobre a relação entre os migrantes e nativos. Este último diz que as representações sociais dos nativos sobre os migrantes sustentam práticas sociais discriminatórias e segregativas. O argumento do autor é que os migrantes são os “outsiders”, os estranhos, os diferentes, que são vistos a partir do lugar do outro e, portanto, sob a ótica do etnocentrismo própria dos “estabelecidos”.

Nesse ponto, a estigmatização pode ser tomada como um atributo profundamente depreciativo, sendo possível recorrer à *tipificação* para justificar que o estigma, enquanto modelo da ação humana, é criado através de um processo de tipicidade. Capalbo (1998) esclarece que a tipificação desempenha um papel importante na compreensão do outro e na interação social, sendo fundamental no estudo das relações sociais que se desenvolvem na vida cotidiana e influenciam nos fatores que determinam a conduta dos sujeitos. Desse modo, as tipificações aparecem como funções sociais, papéis sociais ou comportamentos institucionais.

Voltando às reflexões de Capalbo (1998), este estudo verifica que os sujeitos recebem uma certa visão de mundo e uma série de tipificações, geralmente admitidas no seio do grupo social onde nascem e crescem: são os costumes e hábitos, maneiras típicas de se comportar para alcançar certos fins típicos. Schutz (2012) chama isso de “caráter social do conhecimento”, dando a entender que o estigma é constituído no decorrer do processo de interação social. Nessa situação, a interação social possibilita ao migrante criar um sentido para a sua ação e compreensão do mundo como forma de adaptação e resistência no contexto social em que está inserido.

A situação mencionada mostra que os esquemas tipificadores estão em diálogo constante e recíproco, fazendo com que a realidade social seja incessantemente negociada e construída no âmbito da sociedade, definida por Blumer (1986) como um conjunto de ações realizadas pelos indivíduos. Por tal procedimento, Berger e Luckmann (1974) explicam que os esquemas tipificadores são padrões de pensamento e comportamento que guiam e orientam as condutas sociais, que condicionam a maneira como as pessoas agem e se comportam nas diversas situações sociais. Nessa definição, os esquemas tipificadores são padrões mentais que

ajudam a classificar e ordenar tanto as situações sociais, como também as pessoas e suas ações e comportamentos.

Nessa mesma linha de raciocínio de Berger e Luckmann (1974), Schutz (1979) explica que a tipificação é sempre construída com referências a problemas que despertam nossa atenção e instauram um estado de reflexão em meio à corrente contínua de tempo na qual estamos imersos no dia a dia. Por conta disso, os esquemas tipificadores permitem que as pessoas se orientem na vida cotidiana, interpretando as situações que vivenciam. A tipificação, por esta leitura dos escritos de Schutz (1979), indica que o ato de tipificar influencia não só as interpretações sobre eventos ou objetos do presente, mas também do passado e do futuro, ajudando as pessoas a organizarem mentalmente esses eventos ou objetos.

Schutz (1979) também salienta que a compreensão da realidade social está atrelada à apreensão das suas tipificações, designadas como construtos de primeiro grau, que surgem das falas dos sujeitos. Assim o sujeito social, em sua ação social visando mudanças, requer a compreensão do fundamento da subjetividade, pois o mundo social não está lá fora como um objeto em si com características independentes dos indivíduos que as experimentam. Nessa perspectiva, a fenomenologia social parte do cotidiano e da dinâmica do mundo-vivido, associando-o com o lugar-território, não como categorias opostas, mas complementares na leitura da estrutura social fronteiriça.

Mediante essas determinações, na próxima seção partiremos para um aprofundamento no debate do mundo da vida enquanto mundo social, o que dará abertura para o entendimento dos efeitos da migração na estrutura social fronteiriça. De modo igual, ficará evidente que a ação do migrante no mundo social é resultado de uma decisão tomada no mundo da vida, pois o que se destaca nesse processo é a possibilidade de uma ação livre e racional do homem enquanto capaz de agir por decisão própria no horizonte do mundo vivido intersubjetivamente.

O mundo da vida enquanto mundo social: os efeitos da migração na estrutura social fronteiriça

Estrutura social é um dos conceitos fundamentais em Sociologia e visa descrever o padrão organizado da atividade social, como propôs Comte, Spencer e Durkheim (SCOTT, 2010). A partir dessa ótica, os pioneiros da Sociologia usaram o termo para se referir às

sociedades como totalidades organizadas que não podiam ser reduzidas simplesmente aos indivíduos e suas ações.

Consequentemente, a expressão estrutura social tem sido vista como uma forma de descrever e explicar padrões recorrentes e duradouros encontrados no comportamento social e nos vários elementos que constituem o sistema social. Isso levou autores mais contemporâneos, como Giddens (1984) e Bourdieu (1983), a desenvolverem uma abordagem de maneira mais ampla sobre a estrutura social.

Giddens (1984), por exemplo, afirma que a estrutura social deve ser vista como sistema de regras “gerativo” que é inconsciente e permite às pessoas envolverem-se em cursos de interação particulares. Já Bourdieu (1983) se refere à estrutura social como reflexo internalizado e generalizado das instituições e relações em que os indivíduos estão posicionados. Esse sistema de disposições é denominado como *habitus*⁶, que pode ser aplicado a várias situações com que as pessoas se defrontam.

O *habitus* age como um mediador fenomenológico entre o mundo social e natural externo e aquele que o agente habita experiencialmente. Em decorrência disso, tem como ponto de partida a dicotomia agente social (indivíduo) e sociedade (estruturas estruturadas e estruturas estruturantes) numa relação dialética entre interioridade e exterioridade.

Nessa passagem, os migrantes podem ser notados enquanto atores que interagem na sociedade fronteiriça, que constroem e reconstróem a realidade social com base nos esquemas simbólico-cognitivos. Por meio dessa prática, esses migrantes desenvolvem a percepção da realidade fronteiriça e orientam suas ações no mundo societário, estimulando a compreensão do mundo da vida enquanto mundo social.

Essa abordagem apresentada é estimulada pelas orientações intersubjetivas e procedimentos práticos de conduta intencionalmente mobilizados pelos indivíduos na produção da *ação* e da *interação* social, dando a entender o mundo da vida cotidiana como responsável por explicitar as modalidades de ação e interação como dependentes de um repertório magnificamente complexo de *estoques de conhecimento, sistemas de tipificação e relevância* (SCHUTZ, 1979).

Numa breve indicação, é possível dizer que, para Schutz (2008), o mundo social é constituído por uma multiplicidade de atores com concepções de mundo diferentes, dando a

⁶ Scott (2010) diz que o conceito de *habitus* foi adotado por Bourdieu como forma de expor suas ideias acerca da estrutura social e ação, tornando-se essencial para a análise da vida social.

entender que a sociedade é uma aglomeração de diferentes tipos de conhecimentos. No entanto, o cientista social só julga importante analisar as ações que correspondem a “fatos objetivos” significantes.

A descrição que Schutz (2008) faz do mundo social é descrita como situação face a face, que se reproduz quando há comunidade de espaço e de tempo. O autor salienta que, em linhas gerais, a interação face a face é uma experiência direta entre pessoas que têm vários níveis, que vão da simples atitude de orientação até a interação social.

Isso significa que o pensamento de Schutz (2008) é completado pelas ideias de Berger e Luckmann (1974) sobre a realidade da vida cotidiana⁷. No geral, os autores avaliam a vida cotidiana como marcada por “esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como lidamos com eles nos encontros face a face”. (BERGER; LUCKMANN, 1974, p.49).

Desta maneira, como a realidade da vida cotidiana, na fronteira, se mantém válida e compartilhada entre muitos membros de um grupo? Como é possível identificar um padrão de realidade social na fronteira se sua substância mais imediata – as interações face a face entre migrantes e a população estabelecida – são suscetíveis à mudança?

As questões acima podem ser respondidas com o auxílio de Berger e Luckmann (1974), responsáveis por afirmar que todas as interações são mediadas por esquemas tipificadores que padronizam as relações em curso na vida cotidiana, oferecendo aos interlocutores conhecimentos pré-determinados através dos quais cada um vivencia a experiência do outro. Ainda no ponto de vista de Schutz (2008), quando as tipificações se tornam estáveis e universalmente reconhecidas, elas dão origem aos “papéis sociais”, às “funções sociais” e ao “comportamento institucional”. Em resumo, a tipicidade se abre e se fecha conforme o grau de anonimato e familiaridade, sendo um processo chave para o surgimento e a manutenção de estigmas recorrentes em determinada sociedade.

Nesse mesmo contexto, a migração é compreendida como uma ação social que envolve um conjunto de significações que, por sua vez, geram outros e novos significados – dependendo do lugar que ocupa na estrutura da sociedade em que ocorre. Trata-se, sem dúvida, de um deslocamento de pessoas no espaço físico, que é também um espaço

⁷ As aproximações entre as ideias de Schutz (2008) e Berger e Luckmann (1974) indicam que a Fenomenologia Social e o Interacionismo Simbólico são duas correntes teóricas próximas que marcam o pensamento das Ciências Sociais no cenário contemporâneo. Essa proximidade se justifica devido a seus pensadores compartilharem tanto autores como fontes teóricas, tornando-se difícil separar os princípios de cada uma delas. Cabe destacar também que, para Correa (2005), Berger e Luckmann partem dos pressupostos teóricos de Schutz para desenvolver sua Sociologia do Conhecimento.

qualificado em muitos sentidos: socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente, como compartilha Sayad (1998).

Nos itinerários migratórios, sujeito e sociedade apresentam-se como uma via de mão dupla, ou seja, a ida e o regresso encontram-se na mesma condição humana e social (SPRANDEL, 2007). Isso justifica que a mesma sociedade de emigração se converte na sociedade de imigração, dependendo de onde e de que forma está sendo abordada. Segundo Oliveira (2016, p. 55), “[...] algo parecido ocorre com o sujeito migrante, que ora emigra e imigra nos itinerários de ida e de retorno ou de novas idas, muitas vezes num caminho sem volta”.

A situação mencionada acima não quer dizer que as experiências devem ser exclusivamente pensadas em termos de estruturas sociais interiorizadas, mas também em termos de interações sociais e em termos de repertórios e recursos das estruturas sociais acionados pelos sujeitos em suas interações. Nessa linha de raciocínio,

a socialização não é total, não porque o indivíduo escape ao social, mas porque a sua experiência se inscreve em registros múltiplos e não congruentes. É nisso que assenta aquilo que se poderá considerar como a autonomia do indivíduo. (DUBET, 1994, p.98).

Dubet (1994, p. 140) também afirma que “as experiências sociais são combinações subjetivas de elementos objetivos”. Essa afirmação revela que a autonomia do indivíduo e sua intersubjetividade, não estão dissociadas da vida social, de suas interações e dos diferentes recursos e repertórios disponíveis na sociedade. A experiência social é, dessa forma, construída socialmente, ainda que experimentada, em grande medida, no nível da intersubjetividade e ainda que vivenciada como experiência individual.

No geral, esses apontamentos nos estimulam a considerar que “ninguém emigra porque quer” (GALEANO, 2008, p. 151). Muitas são as causas que continuam provocando as migrações em ordem crescente e deslocando sujeitos e, junto com eles, grupos e sociedades inteiras. De fato, no que concerne aos itinerários migratórios no cenário fronteiriço, a estrutura social fronteiriça tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais, conforme a pluralidade de atores sociais existentes nas zonas fronteiriças (ALBUQUERQUE, 2012). Nesse ponto de vista, o conhecimento interpretativo dos atores sociais envolvidos em um determinado contexto é fundamental para a compreensão das situações que conformam a realidade concreta.

Dada a existência de diversos marcadores de diferença (classe, etnia, gênero, geração e nação) e das distintas concepções dos sujeitos posicionados na intersecção de diferentes fronteiras sociais, Albuquerque (2012) recorre a Vila (2003) para expor que “as fronteiras e identificações étnicas, regionais, migratórias, de gênero e geracionais atravessam as fronteiras nacionais e não podem ser ocultadas em nome de referentes exclusivos de identificação nacional contrastiva”. (ALBUQUERQUE. 2012, p.77).

Diante disto, Serrano (1990) evidencia a relevância do mundo social, que fornece o elemento primário para a produção de conhecimento social. Esta produção é marcada por construções previamente elaboradas pelos atores no mundo da vida. O mundo da vida

[...] se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de ‘conhecimento à mão’, funcionam como um código de referência. (SCHUTZ, 1979, p.72).

Schutz (1979) identifica o indivíduo como construtor do seu próprio mundo, tendo em vista que é responsável por arquitetar sua vida cotidiana, compartilhando suas experiências cotidianas a partir de relações com diferentes atores por meio da interação. Logo, as ações na vida cotidiana só têm sentido em relação às ações dos demais.

A título de exemplo, o próprio migrante, em suas interações com o restante da sociedade receptora, reforça a todo tempo o seu status social, seja positivo ou negativo. Nesse caso, o status positivo do migrante fundamenta-se na sua importância para o desenvolvimento da sociedade receptora. Já o status negativo é marcado por estigmatização ligada à inferioridade do status e faz com que o migrante procure um equilíbrio de vida num ambiente extremamente precário e no limite da exclusão social.

Esse quadro esclarece que migrar é sempre um ato de consciência do sujeito particularmente ou de alguém com quem ele partilha a vida. Deste modo, a conduta do migrante, isto é, a ação, nos termos de Schutz (1979), é baseada em um projeto pré-concebido por ele. O projeto migratório nasce na relação com a experiência concreta no mundo vivido. Portanto, para a sua concretização é necessário que o migrante tenha consciência desse processo, implicando em dois elementos constitutivos fundamentais: a origem (presente) e o destino (futuro).

De um modo geral, o projeto migratório é elaborado pela existência de demanda de alguma ordem econômica, social e/ou afetiva que surge da constatação crítica da realidade. Neste caso, tanto a origem quanto o destino fazem parte da experiência vivida e sentida do

migrante. No entanto, compreender o projeto migratório impõe discutir o cenário social das sociedades de origem e destino. Implica também, como é o caso deste trabalho, interpretar o processo de marginalização a partir do debate teórico em torno da inclusão e exclusão social na sociedade fronteiriça. Para desenvolver esse debate, a próxima seção tomará como referência os conceitos de tipificação, estigma, estereótipo e desqualificação social.

Exclusão e inclusão social na sociedade fronteiriça: tipificação, estigma, estereótipo e desqualificação social

Considerados conceitos recentes, a exclusão e inclusão social abrangem uma variedade de situações socioeconômicas voltadas a um conjunto de fenômenos que se configuram por meio das relações sociais. No caso específico da exclusão social, Lesbaupin (2006) compartilha que o termo deriva da teoria da marginalidade dos anos 1960, cujo fenômeno compreendia a mão de obra marginalizada na América Latina. Segundo o mesmo autor, o conceito de exclusão está presente em todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento, tendo em comum a questão social.

De qualquer forma, o estudo da exclusão e inclusão social pressupõe o conhecimento prévio do conceito, sendo esta a razão pela qual é apresentada, a seguir, uma síntese das definições feitas por Hunter (2000) e Sheppard (2006). Posto isto, de acordo com Hunter (2000, p.02-03), exclusão social pode ser definida “como múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou econômicas”. Nessa lógica, a noção de exclusão social diz respeito à participação social inadequada e à falta de interação social. Sheppard (2006, p. 22), por sua vez, afirma que “a inclusão social, por ser um processo que visa promover a inclusão dos seguimentos de vulnerabilidade social, está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade”. Sendo assim, a cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos.

A reflexão feita sobre os conceitos de exclusão e inclusão social proporciona a problematização do conceito de fronteira, concebido numa dimensão espaço-temporal onde se efetua o diálogo entre os sistemas sociais. Nessa sequência, no âmbito da sociedade fronteiriça, a exclusão é compreendida como um monólogo “do sistema de poder”, o qual é produzido na dimensão espaço-temporal da fronteira (STEFFENS; DANTAS, 2016).

Nesse diálogo, a sustentação da inclusão se dá no reconhecimento dos direitos humanos dos cidadãos, o qual implica ir contra a toda forma de marginalização social com base no propósito de assegurar o direito do desenvolvimento individual e participação social

para todos independente de suas necessidades pessoais e de ajuda, como destacam Steffens e Dantas (2016).

À vista disso, o debate acerca da exclusão e inclusão social contribui para a construção da condição fronteiriça (DORFMAN, 2008; PORTO, 2014) no que diz respeito ao uso da fronteira como *sistema de objetos*, que condicionam a forma como se dão as ações, e no que se refere à condição fronteiriça como *sistema de ações*, que leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. A partir deste foco, a condição fronteiriça é apresentada como

um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos. [...] evidentemente, deve-se duvidar de uma condição fronteiriça universal, haja vista a variedade de relações que podem existir entre os fronteiriços e o território estatal à sua frente e às suas costas: o que temos idealizado aqui diz respeito à fronteira viva e vivida. (DORFMAN, 2008, p.02).

Assim sendo, a construção histórica, social, econômica e politicamente estabelecida pelas suas relações locais (como espaço do mundo da vida) e externas (como espaço do mundo social) para a construção desta condição confirma a tese de que a fronteira é um produto historicamente construído, reestruturado e (re)significado. Com base nessa discussão, a condição fronteiriça é constantemente (re)inventada devido à cada momento histórico ela ser refeita, recomposta e estabelecida social e politicamente como um espaço de diálogo e/ou de conflitos. Sem dúvida, essa contextualização é válida para esclarecermos as especificidades dos conceitos de estigma, estereótipo e desqualificação social.

No cenário atual, a realidade social fronteiriça se evidencia como um espaço-tempo híbrido, de invenções e negociações; uma dinâmica na qual a negociação das identidades amplia a possibilidade das fronteiras a serem consideradas “lugares da contradição, ao mesmo tempo periféricos aos estados-nação e plenos de alternativas políticas e econômicas pelo trânsito fronteiriço” (DORFMAN, 2008, p.01).

A emergência de novas/outras identidades na sociedade fronteiriça coloca em evidência o processo de constituição de uma identidade negativa do sujeito. Com isso, convém mencionar que a expressão *identidade negativa* contribui para que os migrantes herdem um status desvalorizado e vivam a experiência da desqualificação social (PAUGAM, 2003). Esse processo, sem dúvida, contribui também para que esses migrantes sejam transferidos das posições sociais anteriormente reconhecidas para uma experiência de viver com/na diferença, na qual a instabilidade do sentido de identificação concede lugar a um

emaranhado jogo de identificações provisórias e instáveis, idealizando um novo espaço social visivelmente marcado por uma eventual *crise de identidade* (HALL, 2011).

Por consequência, é no espaço social fronteiriço – pouco demarcado, constituído e tangenciado pelas relações de poder – que diferentes sujeitos negociam formas de pertencimento no sistema de significação social. Diante disso, as subjetividades são produzidas ao mesmo tempo em que produzem relações sociais como efeito das experiências do sujeito e das suas relações com outros sujeitos, com as coisas e com o mundo. De modo sequente, a repetição de discursos sobre o outro possibilita a constituição e a disseminação de representações da realidade, além da demarcação de zonas de pertencimento capazes de fixar posições como desejáveis e indesejáveis.

Os discursos sobre o outro são frequentemente repetidos com o padrão do chamado *hábito* (LAHIRE, 2002; KAUFMANN, 2003) e podem permear tanto as ações sociais quanto as individuais. Em suma, podemos dizer que toda atividade humana está sujeita ao hábito. Mas qual o papel social do hábito? Para Castro e O'Donnell (2015), o hábito fornece um padrão a partir do qual agentes aprendem *como as coisas são* sem que cada situação tenha que ser definida de novo, etapa por etapa, cada vez que acontece. Logo, é pertinente dizer que, diante das situações apresentadas, no decorrer da vida cotidiana, os agentes recorrem a um *estoque* social de conhecimento que fornece os esquemas tipificadores para as principais rotinas que preenchem o dia a dia. Isso significa que as tipificações não se restringem ao âmbito das interações sociais, valendo também como instrumento de padronização de acontecimentos e experiências por contribuírem na formulação de ideias sobre os indivíduos e o mundo social.

Os processos de formação de hábitos, expostos anteriormente, são denominados por Beger e Luckmann (1974) como institucionalização, já que estes autores reconhecem a origem das instituições na tipificação das ações habituais. Contudo, não é possível definir os indivíduos sociais apenas por um pertencimento típico – classe social, gênero, raça, idade, território, região, etc. –, tornando-se necessário apreender a relação entre as disposições dos indivíduos e as estruturas sociais.

Nessa situação, os grupos constroem características positivas ou negativas deles mesmos nos processos de interação ou as impõem a outros grupos (DIEHL, 2017). Evidentemente, no processo de interação entre os indivíduos, estas características contribuem para o surgimento de símbolos que originam as formas acentuadas de diferenciação social, ou

seja, determinados tipos de desigualdade e discriminação originados no processo de interação, visto que os atores vão reproduzindo em suas ações símbolos que possuem significados. Segundo Gallino (2005), quando esses símbolos são resultantes de avaliações negativas, capazes de marcar severamente a identidade e a autoestima do indivíduo, é que surge o estigma, conceituado por Goffman (1988) como rótulo social negativo que identifica pessoas como desviantes, não porque seu comportamento viole normas, mas porque elas têm características pessoais ou sociais que levam outras pessoas a excluí-las.

Em termos gerais, para uma melhor compreensão a respeito dos estigmas, Goffman (1988) propõe a visão de que este conceito é constituído socialmente, além de ser permeado, na relação social cotidiana, pela ideia da presença física entre estigmatizados e normais. Essas considerações fazem com que Goffman (1988) acredite que o indivíduo estigmatizado possui duas identidades: a real e a virtual.

O pensamento de Goffman (1988) é explicado por Siqueira e Cardoso (2011), que fazem as seguintes definições: a identidade real é o conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter e a identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm para com o estranho que aparece à sua volta. Logo, são exigências e atribuições de caráter feitas pelos normais quanto ao que o estranho deveria ser. Desse ponto de vista, uma dada característica pode ser um estigma especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Portanto, nessa relação entre identidades real e virtual, Goffman (1988) descreve três tipos de estigma:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1988, p.14).

Em consequência da descrição feita por Goffman (1988), o estigma é um símbolo, um elo utilizado por um grupo ou indivíduo com a finalidade de exercer a dominação sobre outro. Em geral, essa dominação ocorre de diversas formas, podendo variar de acordo com a evidência e a exposição das características do indivíduo por intermédio de elementos de rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação.

Várias explicações podem ser prontamente extraídas do pensamento de Goffman (1988). Uma delas consiste em reconhecer a rotulação como processo social de eleger uma determinada característica e aplicá-la a alguém, não indicando, necessariamente, que este indivíduo a possui (LINK; PHELAN, 2001).

Os rótulos, na verdade, ligam uma pessoa ou grupo a um conjunto de características desagradáveis que formam o estereótipo. Em outras palavras, Link e Phelan (2001) reforçam que, a partir dos rótulos empregados às pessoas e grupos estigmatizados, estereótipos são criados, constituindo, com tal característica, o processo de estereotipização.

A estereotipização propicia, na realidade, o entendimento de que as pessoas dispõem de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000). Por conseguinte, o estigma é tratado como um símbolo que um grupo estabelecido apresenta sobre um grupo subjogado por um poder de dominação.

Em condições gerais, o poder de dominação é definido por Becker e Arnold (1986) como prestígio, riqueza e habilidade de manter o controle social sobre alguém. Essa explicação justifica o processo que envolve a sociedade e o estigma, dando a entender que a sociedade tem o poder de impor suas normas, valores e crenças sobre pessoas com menos poder. No nível de comportamento social, as pessoas tomam atitudes específicas sobre um determinado estigma e sobre os comportamentos das pessoas estigmatizadas, influenciando a forma pela qual um indivíduo estigmatizado é inserido num grupo ou excluído socialmente.

No ponto de vista de Becker e Arnold (1986), os indivíduos estigmatizados tornam-se cientes da forma como os outros os veem. Para os mesmos autores, aquele que é estigmatizado pode sofrer um complexo processo de normatização, o qual se dá pela forma que o indivíduo estigmatizado se adapta à sociedade, com a intenção de restringir sua diferença das normas culturais.

Algo semelhante ocorre em relação aos estereótipos, que criam, por exemplo, consensos sociais a respeito de categorias étnico-raciais, regionais, de gênero e de orientação sexual. Esses elementos sustentam e reproduzem as desigualdades a que estas categorias estão historicamente submetidas. No âmbito dessas características, Johnson (2015) caracteriza o estereótipo como uma forma de tipificar e marcar diferenças que são socialmente significativas, definindo previamente categorias de pessoas à medida que os estereótipos as classificam.

Os argumentos desenvolvidos até aqui especificam os estereótipos e estigmas como formas de pensar, representar e marcar as diferenças. Esse propósito associa-se ao processo de desqualificação social, designado por Paugam (2003) como mudanças relacionadas às condições de vida degradadas ou precarizadas. Trata-se, desta forma, de

estudos da diversidade do status que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si com o outro. (PAUGAM, 2003, p.47).

Sobre esse aspecto, Paugam (2003) menciona que a construção conceitual da desqualificação social compreende situações de pobreza além de também estar vinculada a processos de exclusão. Esse princípio estimula o autor a articular os seguintes pressupostos acerca do conceito de desqualificação social: 1) Noção de trajetória – processo entendido de forma longitudinal, o que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos; 2) Conceito de identidade – conjunto de percepções positivas ou negativas sobre quem são os indivíduos em relação a eles mesmos, aos outros e aos sistemas sociais; 3) Aspecto da territorialidade – base espacial que abriga processos excludentes.

Certamente, os pressupostos apresentados por Paugam (2003) evidenciam que a desqualificação social surge em decorrência de processos de inclusão marginal. Nessa situação, o que ocorre é que o contato estrutural entre dois grupos nacionais ou grupos nacionalizados, em um contexto fronteiriço, contribui para que a sociedade fronteiriça, assim como outras sociedades contemporâneas, seja delimitada por categorias e diferentes classes no seu interior.

Considerações finais

A análise apresentada restringiu-se, em especial, ao pressuposto clássico de que o movimento migratório decorre de um processo de escolha entre várias opções. Essa reflexão se inseriu num eixo teórico da fenomenologia social, permitindo a identificação de algumas possibilidades de conceituação da experiência de fronteira pela análise bibliográfica sobre o tema e, sobretudo, pelo estudo de conceitos como estigma, estereótipo e desqualificação social.

Em tal sentido, o artigo abordou os aspectos teóricos que tratam da fenomenologia social, dando ênfase aos pressupostos da migração em contexto fronteiriço. Sendo assim, no âmbito dessa discussão teórica, a Sociologia torna-se fundamental para explicar o estabelecimento dos papéis sociais no tempo e no espaço de fronteira.

Um aspecto que ganhou espaço na discussão teórica apresentada no artigo refere-se à perspectiva de que as fronteiras têm se tornado difusas na sociedade e constantes na vida social da contemporaneidade. Tomando como base esse pensamento de Schutz (2010), verificamos que, em uma determinada sociedade marcada por renúncias e sacrifícios, que enrijece o pensamento dadas as condições de sobrevivência num contexto de privações determinadas por relações desiguais, de apropriação concentrada dos bens materiais e simbólicos, o estranhamento torna-se um elemento que se desenvolve no processo de socialização, surgindo como resposta aos conflitos presentes na interação social e podendo ainda corroborar para a construção de distanciamento entre pessoas.

O que também se pode apresentar na discussão feita neste estudo é que não se pode eleger as fronteiras e as migrações como únicas causadoras dos conflitos e instabilidade de uma sociedade. Assim, do ponto de vista sociológico, as possibilidades do reconhecimento no âmbito da sociedade estabelecida em ambos os lados das cidades fronteiriças podem ser mais reduzidas para a população migrante internacional do que para a população nacional, isto porque aos migrantes são atribuídos um número maior de estigmas.

Os estigmas atribuídos aos migrantes fortalecem o princípio de que pensar a fronteira diante desse contexto é algo que se mostra mais que necessário, principalmente em um momento de intensa troca cultural fruto de uma identidade inaugural mesclada por características da cultura nacional com a cultura migrante e que certamente alterará, em muitos aspectos, o que entendemos por Estado-Nação.

Esses processos consolidam a ideia de que os migrantes internacionais, independente da nacionalidade, se encontram em um espaço contraditório de provisoriedade subjetiva, dando abertura para o entendimento de que, na interação entre um sujeito estigmatizado e um outro que é considerado “normal”, o estigmatizado poderá sentir-se sendo constantemente vigiado em todas as suas ações, para ver como ele vai se portar ou o que vai dizer. Consequentemente, este fator será uma das razões que levará o indivíduo estigmatizado, no caso do migrante, a desenvolver estratégias para ocultar sua identidade, podendo assim tentar garantir viver uma vida normal.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras múltiplas e paradoxais. *Textos & Debates: Revista de Filosofia. Dossiê Sociedade e Fronteiras*. n.22. Boa Vista: Ed. UFRR, julho/dezembro, 2012.
- AMBROSINI, Maurizio. *Un'altra globalizzazione: la sfida delle migrazioni transnazionali*. Bologna: Il Mulino, 2009.

- BECKER, G.; ARNOLD, R. Stigma as a social and culture construct. En AINLAY, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed), *The Dilemma of Difference* (39-76). New York: Plenum, 1986.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BERTAUX, Daniel. *Destinos sociais e estrutura da classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Los Angeles, University of California Press, 1986.
- BOGNER, Alfred.; ROSENTHAL, Gabriele (eds.). *Ethnicity, belonging and biography*. Berlim: Verlag, 2009.
- CAPALBO, Creusa. *Metodologia das Ciências Sociais: A Fenomenologia de Alfred Schutz*. 2 ed. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Aculturação e “fricção interétnica”*. *América Latina*, v. 6, n. 3, p. 33-46, 1963.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CASTRO, Celso; O'DONNELL, JÚLIA. *Introdução às Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CORREIA, J. C. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Horizonte, 2005.
- DIEHL, Fernando. *Estrangeiro em uma terra estranha: racialização e estigmatização dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul*. (Dissertação de mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- DORFMAN, Adriana. *A condição fronteiriça: a experiência local de um objeto geográfico nacional*. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Geografia*. São Paulo: USP, 2008.
- DUBET, François. *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____; SCOTSON John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GALEANO, Eduardo. *Espelhos*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- GALLINO, Luciano. *Dizionario di sociologia*. Roma: Editoriale l'Espresso, 2006.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HAESBAERT, R. *Território, Poesia e Identidade*. In: HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006. cap.8, p. 143-158.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HANKE, Edith. *A obra completa de Max Weber: um retrato*. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. v.24, n.1. 2012.
- HUNTER, B. H. *Social exclusion, social capital, and indigenous australians: measuring the social costs of unemployment*, Centre for Aboriginal Economic Policy Research. Discussion Paper, n. 204, p. 1-41, 2000.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KAUFMANN, Jean-Claude. *Ego, para uma sociologia do indivíduo*. Instituto Piaget: 2003.
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- LESBAUPIN, Ivo. Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, New York, (27), 363-385. 2001.
- MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. 2010. vol. 27, n.2, pp.407-424.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- OLIVEIRA, Márcia Maria de. *Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea*. São Carlos: Editora Scienza, 2016.
- PAUGAM, Serge. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.
- PORTO, Jadson Ribeiro. A construção da condição fronteiriça do oeste amapaense (1947-2014). *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 2014, pp.145-173.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCOTT, John (Org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia del mundo social: introduccion a la sociologia comprensiva*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- _____. *Fenomenologia. Fundamentos da fenomenologia*. In: WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Estudios sobre teoría social: escritos II*. Buenos Aires: Amorrortu; 2003.
- _____. *El problema de la realidade social*. 2ª reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.
- _____. *O Estrangeiro – Um ensaio em Psicologia Social*. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 113, p.117-129, out, 2010.
- _____. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SERRANO, M. O. El problema de la intersubjetividad en Alfred Schütz. *Sociológica*. v.5, n.14, set-dez, 1990.
- SHEPPARD, Michael. *Social work and social exclusion: the idea of practice*. Aldershot: Ashgate, 2006.
- SIMMEL, Georg. A determinação quantitativa dos grupos sociais; Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.
- SPRANDEL, Márcia Anita. A “questão migratória” como objeto de reflexão. In: *Refúgio, Migrações e cidadania. Caderno de debates 2 – Agosto de 2007*. Brasília: ACNUR & IMDH, 2007.
- STEFFENS, Jan; DANTAS, Suene de Souza. Luhmann, Lotman e o problema da fronteira: uma reflexão teóricocrítica em torno das categorias de inclusão e exclusão. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis*, v. 50, n. 2, p. 354-374, jul-dez 2016.
- VILA, Pablo. *Crossing borders, reinforcing borders: social categories, metaphors and narrative identities on the US-México frontier*. United States of América: University of Texas Press, 2003.
- WAGNER, Helmut. *Alfred Schutz: An intelectual Biography*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

STIGMA, STEREOTYPE AND SOCIAL DISQUALIFICATION IN A RELATIONSHIP WITH MIGRATION: CONTRIBUTIONS OF SOCIAL PHENOMENOLOGY FOR A STUDY ON BORDER DAILY

Abstract:

The article has a reflection on the contributions of social phenomenology to the study of border daily life from a theoretical point of view. The central idea of the job is to prioritize border migration, with an emphasis on stigma, stereotype and social disqualification. Therefore, discusses about migratory experience at the border, as well as the effects of the social border structure. In this way, it allows addressing a notion of social frontier, responsible for separating and delimiting one reality from others. To better situate the discussion, the study emphasizes the sociological apprehension of the frontier, as an analysis problem that makes its symbolic and cultural dimension real, as imaginary built. In general, the analysis allows the frontier to be marked by coexistence with the "other", that is, with the different. Therefore, the idea that permeates the text is that matter less the limits and national identities of border places and more the subjects and identity dynamics that are articulated as they move across borders, through migratory practice.

Keywords: *Frontier. Social phenomenology. Migration.*

ESTIGMA, ESTEREOTIPO Y DESCALIFICACIÓN SOCIAL EN UNA RELACIÓN CON LA MIGRACIÓN: CONTRIBUCIONES DE LA FENOMENOLOGÍA SOCIAL A UN ESTUDIO SOBRE LA VIDA DIARIA FRONTERIZA

Resumen:

El artículo aborda una reflexión sobre las contribuciones de la fenomenología social al estudio de la vida cotidiana fronteriza desde un punto de vista teórico. La idea central del trabajo es priorizar la migración fronteriza, con énfasis en el estigma, el estereotipo y la descalificación social. Con este fin, analiza la experiencia migratoria en la frontera, así como los efectos de la migración en la estructura social de la frontera. De esta forma, permite abordar la noción de frontera social, responsable de separar y delimitar una realidad de otras. Para situar mejor la discusión, el estudio enfatiza la aprehensión sociológica de la frontera como un problema de análisis que resalta su dimensión simbólica y cultural, como imaginariamente construida. De forma general, el análisis permite que la frontera sea etiquetada por la convivencia con el "otro", es decir, con lo diferente. Por lo tanto, la idea que impregna el texto es que los límites y las identidades nacionales de los lugares fronterizos importan cada vez menos en los temas y en las dinámicas de identidad que se articulan a medida que avanzan a través de las fronteras, a través de la práctica migratoria.

Palabra clave: *Frontera. Fenomenología Social. Migración.*

Submetido: 23/04/2020

Aceite: 22/09/2020